



ACÓRDÃO Nº328/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11416/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Darcelo Cavalcante Gomes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Alfredo Monteiro Leite Neto - OAB/AM 8306
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-MA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº. 5607/2020 – MPC - ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC, referente ao exercício de 2017 (U.G: 150102), de responsabilidade do Senhor **Darcelo Cavalcante Gomes**, Secretário Executivo de Proteção e Defesa Civil e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Darcelo Cavalcante Gomes**, Secretário Executivo de Proteção e Defesa Civil e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



ACÓRDÃO Nº328/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3.1.** Nota de Empenho sem o valor total da despesa, correspondente a data de início dos serviços, até o final do exercício, contrariando o artigo 60, §3º, da Lei nº. 4320/1964 e o artigo 7º, §2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;
- 10.3.2.** Adesão à Ata de Registro de Preços nº 006/2016-DIVRP/UGCM/SEMEF, de 19/01/2016, quando a mesma já não se encontrava em vigência, pois o contrato em questão fora assinado em 01/02/2017, com previsão do início dos serviços em 02/03/2017 (cláusula VI do termo), refletindo uma grave violação ao que determinam o artigo 20, caput, do Decreto Municipal nº. 3.013/2015, e o inciso II, do §3º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/1993;
- 10.3.3.** Ausência de justificativas quanto à entrega dos materiais em data anterior a celebração do contrato, pois, conforme a Nota Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMMAS, técnicos daquele órgão estiveram na Defesa Civil Municipal para verificação das madeiras;
- 10.3.4.** De acordo com a referida Nota Técnica da SEMMAS, lotes das madeiras adquiridas foram inapropriadas para as finalidades propostas pelo contrato. Sendo assim, foi solicitado comprovação da medida adotada para reparação desta falha;
- 10.3.5.** Inexistência de relação dos servidores da SEPDEC contemplados com as refeições e detalhamento das atividades que executaram, que possam justificar a concessão das mesmas;
- 10.3.6.** Diversas solicitações de fornecimento de refeições, junto a empresa RM Machado e Cia Ltda, efetuadas pelo Senhor Leonardo Ramos da Silva, Chefe da Divisão de Apoio Logístico, realizadas no mês de maio, em data anterior a celebração do contrato, que ocorreu em 01/06 do citado ano;
- 10.3.7.** Anulação no valor do Empenho nº 0021/17, através da NE 041/17.
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



ACÓRDÃO Nº328/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Abril de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral